

O financeiro contra o económico

Carlos Pimenta*

1. Estudar cientificamente uma determinada realidade social é como escrever um romance em que as personagens vão assumindo uma personalidade própria, com vontade, autonomizando-se de um enredo que parecia antecipadamente architectado pelo seu progenitor. É uma luta intensa contra as nossas certezas do quotidiano, os lugares comuns que o conhecimento corrente vai architectando numa «lógica de evidências». É a capacidade de nos espantarmos com as surpresas que os dados, os modelos e as relações entre os factos vão patenteando.

Olhar para a sociedade armados com uma metodologia científica exige a desesperada procura da objectividade, mas nunca é, nem poderá ser,

um exercício de neutralidade. Podemos dizer que é um acto de honestidade, de rigor lógico e metodológico, de exclusão deliberada de muitas falsas certezas, de coragem na interpretação dos factos, de redução da subjectividade, de abertura à diversidade paradigmática, disciplinar e cultural, mas nunca de imparcialidade.

A imparcialidade, no seu sentido corrente, é inimiga de uma correcta investigação científica, conduzindo espontânea e perigosamente para as correntes dominantes na análise social. Tudo o que se afasta de uma **crítica dialéctica radical**, eventualmente englobando a dúvida metódica cartesiana, flui imperceptivelmente para a ortodoxia do momento. Nas análises económicas, o caudal desemboca no positivismo, no pseudo-positivismo (normatividade embrulhada em «factos») e no pragmatismo.

2. Os nossos estudos sobre a globalização são, pois, ciência e parcialidade. São ciência porque são conceptual e metodologicamente rigorosos, porque rompem com o conhecimento corrente e isolam, na medida possível da «natureza humana», a ideologia. São parciais porque acarretam princípios filosóficos e epistemológicos, porque escolhem os factos, porque adoptam determinadas metodologias.

As nossas incursões sobre a mundialização e a globalização assumiram que a descoberta do novo, do que até então era desconhecido, exige a crítica radical das evidências do conhecimento espontâneo – assumindo-se uma postura bachelariana e de reconhecimento da complexidade do objecto de estudo. Remetem para a interpretação causal dos factos, que tem em conta, mas ultrapassa, as relações de simultaneidade entre os fenómenos. Adoptam como referências paradigmas, modelos e conceitos que enquadram o labor intelectual, que viabilizam a correcção dos erros no movimento bidireccional do

concreto-abstracto, que lêem o sincrónico como momento autónomo gerado no diacrónico não-linear.

A parcialidade é inerente a essas mesmas opções científicas, optando-se por uma leitura heterodoxa. A heterodoxia é a aceitação da pluralidade de leitura e interpretação dos acontecimentos «económicos», é a defesa do pluralismo teórico como vantagem epistemológica, cultural, pedagógica e de cidadania. A heterodoxia é democrática e respeitadora do outro, da diferença. Contudo há uma grande diversidade de heterodoxias – também ela tem uma comunidade científica vasta que é obrigada a lutar pela sua inclusão na comunidade científica global. A heterodoxia de hoje pode ser, e frequentemente será, a ortodoxia de amanhã. Por isso mesmo a heterodoxia é uma permanente reconstrução científica, social e política. Somos consciente e cientificamente parciais ao optarmos por uma heterodoxia que é, simultaneamente, uma crítica da ortodoxia (orto-negação), e uma utilização de problemáticas, realidades, conceitos e metodologias ignoradas pela ortodoxia (hetero-afirmação).

3. Sistematizámos num livro as investigações até então realizadas sobre a globalização¹. Tem sido o ponto de partida de trabalhos seguintes de aprofundamento, correcção e aplicação a situações específicas.

Os acontecimentos sociais dos últimos três anos têm confirmado as principais teses então formuladas, como analisaremos de seguida.

Também têm «validado» algumas afirmações que, face à insuficiência de dados, foram então formuladas como meras hipóteses. Refira-se, a título de exemplo, a hipótese do agravamento das desigualdades económicas entre os cidadãos nas escalas nacional e mundial e a sua confirmação por estudos posteriores da Universidade das Nações Unidas. Refira-se ainda os avisos sobre a possível ilicitude das

actuações do conglomerado de empresas Afinsa em nota de fim de página e os escândalos e fraudes posteriormente detectados e que ainda estão em investigação.

Simultaneamente, há que reconhecer que assistimos à mutação de diversos aspectos analisados no livro (p. ex. formas do investimento directo estrangeiro; re-hierarquização das economias à escala mundial; processos de interligação entre a economia «oficial» e a economia «subterrânea») e que muitas outras problemáticas poderiam ter merecido a nossa atenção (p. ex. a «cooperação para o desenvolvimento» como instrumento de agravamento das desigualdades mundiais²; a fraude económica como componente autónoma da economia «subterrânea»; a «desmaterialização» dos activos), sem, no entanto, pôr em causa as teses fundamentais.

4. Para passarmos à análise de alguns acontecimentos contemporâneos que dolorosamente esmagam as condições de vida (ou de mera sobrevivência) de milhões de famílias, a que as portuguesas não escapam, relembremos três teses fundamentais das nossas investigações:

a) A globalização não é a mundialização. É apenas uma fase desta;

b) O volume e a dinâmica dos mercados financeiros conflituam com as relações económicas;

c) A economia «subterrânea» é componente essencial da reprodução do capitalismo na sua fase de globalização.

Explicitemos resumidamente estas afirmações.

5. Quando definimos um conceito temos de ter em conta os significados que já lhe foram atribuídos, mas temos liberdade suficiente para

redefini-lo. Depois temos de ser coerentes na sua utilização. Contudo, não é esta situação que acontece quando para se falar do actual funcionamento das nossas sociedades se invoca a história remota da humanidade e se afirma eloquentemente que «os portugueses foram pioneiros na globalização». É «misturar alhos com bugalhos», transmitindo sub-repticiamente que estamos perante um fenómeno milenar e inevitável. É um logro.

Entendemos por **mundialização** um processo de aproximação (que pode assumir múltiplas formas) entre homens quotidianamente inseridos em espaços geográficos diferentes. É um processo que se iniciou nos primórdios da humanidade, com avanços e recuos, mas tendencialmente crescente, manifestando-se de forma desigual nas diversas regiões do mundo.

Contudo, não é a esse processo que nos referimos quando analisamos as condições de vida actuais, as formas de funcionamento da sociedade em que nos inserimos. O objecto de estudo que corresponde às preocupações de todos nós, cidadãos desta etiquetada «aldeia global», é a sociedade actual, com dinâmicas fortemente condicionadas pelo económico. **É uma certa fase da mundialização** que se estende até aos dias de hoje. Uma fase que assume certa especificidade. É a essa fase que designamos por **globalização**. A análise histórica e o tratamento estatístico de muitas séries de dados económicos revelaram que o seu início foi nos anos oitenta do século passado.

Obviamente que globalização é capitalismo, mais precisamente, uma fase do imperialismo.

Pensamos que esta diferença entre mundialização e globalização (chamemos-lhes desta forma ou utilizemos outras designações – «mundialização» / «fase-recente-da-mundialização»; «globalização-milenar»/«globalização-imperialista-recente», etc.) é

correcta e vantajosa. Em primeiro lugar porque precisa o objecto de estudo. Em segundo lugar porque diferencia claramente dinâmicas seculares, predominantemente determinadas pela evolução da tecnologia, das forças produtivas, e dinâmicas de décadas, predominantemente determinadas pelas relações económico-socio-políticas, pelas relações de produção. **Em terceiro lugar porque podemos dizer categoricamente que a mundialização é inevitável e a globalização não o é: na sua existência e nas formas que assume.**

6. As relações de produção e troca actuais exigem a moeda. Mais exactamente um conjunto de moedas que juntamente e através da convertibilidade entre si garantem a função de equivalente geral das mercadorias. A moeda preenche um conjunto de funções, tais como padrão de preços, meio de circulação, meio de pagamento e entesouramento. Esta função tem de ser encarada no duplo movimento



entesouramento-desentesouramento e é a negação da função de meio de circulação. Ao sê-lo, assume uma dupla característica: (a) é uma retirada de circulação das mercadorias; (b) é a constituição de um «tesouro», entesouramento propriamente dito. Este assume uma grande importância no capitalismo contemporâneo e, simultaneamente, hierarquiza os diversos tipos de moeda, reforça o simbolismo da moeda como cristalização da riqueza, reforça a possibilidade da moeda contribuir para as rupturas na circulação das mercadorias, na distribuição do rendimento e nas «distorções do mercado».

Estas probabilidades de perturbação são reforçadas pelo crédito. São-no porque este é uma relação social que utiliza a moeda entesourada. São-no porque a desmaterialização do equivalente geral faz com que a criação de moeda se faça através do crédito (moeda-crédito).

O entesouramento reforça a sua importância na actividade económica e o crédito adquire uma maior autonomia relativa em relação à produção de mercadorias. A repartição de rendimento passa a ser muito influenciada pelas rendas. Essa autonomização do financeiro resulta da existência de desfasamentos temporais entre os movimentos de capital-dinheiro e os do capital produtivo, promovendo a sua ampliação. Resulta do crédito gerar crédito. Resulta ainda da existência de uma massa de **capital fictício**.

O capital bancário e as bolsas de valores, que têm as suas raízes na intermediação entre «fornecedores» e «utilizadores» de capital-dinheiro, na facilitação do processo produtivo, seguem o processo de autonomização e são seus promotores.

O capital fictício pode assumir muitas formas, mas mantém sempre as mesmas características: é capital porque garante aos seus possuidores um determinado rendimento (renda, lucro), é fictício porque não está associado à criação de valor novo, não está directamente relacionado

com a produção: o rendimento usufruído é o resultado de uma redistribuição da riqueza e não uma distribuição de valor novo socialmente criado nesse processo.

Alguns dos traços caracterizadores da globalização são o empolamento dos mercados financeiros, a grande variedade de «títulos» aí negociados, o crescente peso das expectativas nas capacidades de movimentação financeira, mesmo que desligada da base produtiva, a maior percentagem de operações desconectadas da criação de valor, o reforço das alternativas à «economia oficial». Estamos, pois, perante **um elevado volume de capital fictício e uma tendência de crescimento acelerado.**

Perante esta autonomização do financeiro, o que seria complementaridade (mercadoria/moeda, mercadoria/crédito, capital-produtivo/capital-bancário, economia/finanças) passa a ser conflito, antagonismo, contradição: **o «enriquecimento» do financeiro conduz ao «empobrecimento» do económico.**

Este conflito manifesta-se de múltiplas formas em escalas muito diversas.

Podemos ilustrá-lo à escala empresarial pelo facto do valor das empresas ter como referência fundamental o valor das suas acções na bolsa e não a organização produtiva ou a sua cota de mercado, pelo facto dos conselhos de administração serem escandalosamente remunerados pelos sucessos em bolsa, nomeadamente pelo valor futuro esperado das acções da empresa que gerem.

Podemos explicitá-lo à escala das relações internacionais, transcrevendo uma afirmação de Stiglitz:

«A mudança de mandato e de objectivos pode ter sido discreta, mas não tem sido subtil — o FMI deixou de servir os interesses *económicos* mundiais para servir os interesses *financeiros*

mundiais. A liberalização do mercado de capitais pode não ter contribuído para a estabilidade económica global, mas abriu novos e vastos mercados a Wall Street.»³

7. Temos uma forte desproporção entre o volume de operações nos mercados financeiros, crescentemente constituído por capital fictício, e as actividades produtivas institucionalmente reconhecidas: o valor médio **diário** das transacções nos mercados bolsistas em todo o mundo é cerca de duas vezes o produto interno bruto mundial **anual**. Também sabemos que as operações financeiras são, independentemente da sua utilidade, improdutivas: não criam valor, apropriam-se de valor (fluxo) ou de riqueza (*stock*) previamente criados. Então a questão crucial é a seguinte: «Onde e como se cria valor para alimentar a rendibilidade dos mercados financeiros?» «Como se processa a transferência?»

Há processos económicos e institucionais, tradicionais ou modernos, para garantir essa captação de recursos (a utilização do valor acrescentado criado nos sectores produtivos, a transferência de recursos das economias subdesenvolvidas, a mais-valia extra resultante de uma gestão empresarial à escala mundial, a posse privada dos sectores rentáveis da segurança social e o sistema de reforma assente na capitalização, e ainda todas as vantagens fiscais e apoios às grandes empresas). Contudo, estamos perante uma incompatibilidade, mesmo atendendo à grande velocidade de circulação das transacções nos mercados financeiros, a muitas daquelas serem realizadas com base em «crédito», aos processos de compensação. As fontes de canalização para o «negócio financeiro» acima referidas não parecem suficientes para garantir tão elevados volumes de transacções improdutivas geradoras de renda e lucro. As crises financeiras e a rapidez com que essas

situações de «ruptura da circularidade do crédito» foram ultrapassadas mostram não só que existem importantes fontes de fornecimento de valor acrescentado, como que há outras «reservas» a que se pode recorrer quando necessário.

É nossa hipótese de trabalho que há uma outra fonte de sustentação dos mercados financeiros: a economia não registada, na terminologia tecnocrata da OCDE, ou **a economia subterrânea**, como preferimos designar. Uma parte será o resultado de uma fuga ao fisco, outra parte assumir-se-á como actividade informal (cujos contornos são difíceis de estabelecer) e uma outra, fundamental e decisiva, como actividades ilegais.

Existem métodos que nos permitem estimar os montantes dessa economia subterrânea, com uma forte componente de ilegalidade: (a) tem vindo a intensificar-se durante o período da globalização; (b) hoje atinge aproximadamente 25 por cento do PIB mundial, isto é, o produto anual mundial é 1,25 vezes o oficialmente anunciado, encontrando-nos todos nós «rodeados de economia subterrânea por todos os lados»; (c) os países desenvolvidos que constituem a OCDE têm uma economia subterrânea que corresponde a 16,3 por cento do PIB, sendo o valor mais baixo nos EUA, 8,4 por cento; (d) Portugal apresenta-se com um nível de 21,9 por cento do PIB; (e) dos países para que há estimativas, os que apresentam maiores níveis de economia subterrânea são a Geórgia (68 por cento) e o Zimbabué (63,2 por cento).

A esta situação há que acrescentar a **fraude** económica, praticada pelas empresas ou contra as empresas, constituindo operações ilegais reorientadoras de recursos económicos e financeiros. Nuns casos, a fraude será parte da economia subterrânea, mas, noutros, é uma dramática faceta da economia registada e «legal». Os métodos de cálculo são mais difíceis e imprecisos que os da economia subterrânea, mas

não será despropositado apontar para 5 por cento do volume de vendas das empresas. Tal significaria, por exemplo, que as quinhentas maiores empresas portuguesas foram, durante o ano passado, vítimas de fraude ocupacional (que por vezes se confunde com a fraude organizacional e com o crime organizado quando praticada pelos conselhos de administração) entre 2827 e 4711 milhões de euros.

Acrescente-se em relação à economia subterrânea que: (a) muitas actividades aí englobadas são produtivas; (b) o facto de o dinheiro assumir-se como símbolo de poder e de felicidade, fim último da vida em camadas crescentes da população, enfraquece os comportamentos morais e cria condições favoráveis para a expansão desse tipo de economia; (c) a liberdade de circulação de capitais, a fraca intervenção do Estado, a fluidez dos mercados e o anonimato são suportes fundamentais para o «branqueamento de capitais», mais precisamente para a passagem do capital-dinheiro das actividades ilegais para as legais e destas para aquelas.

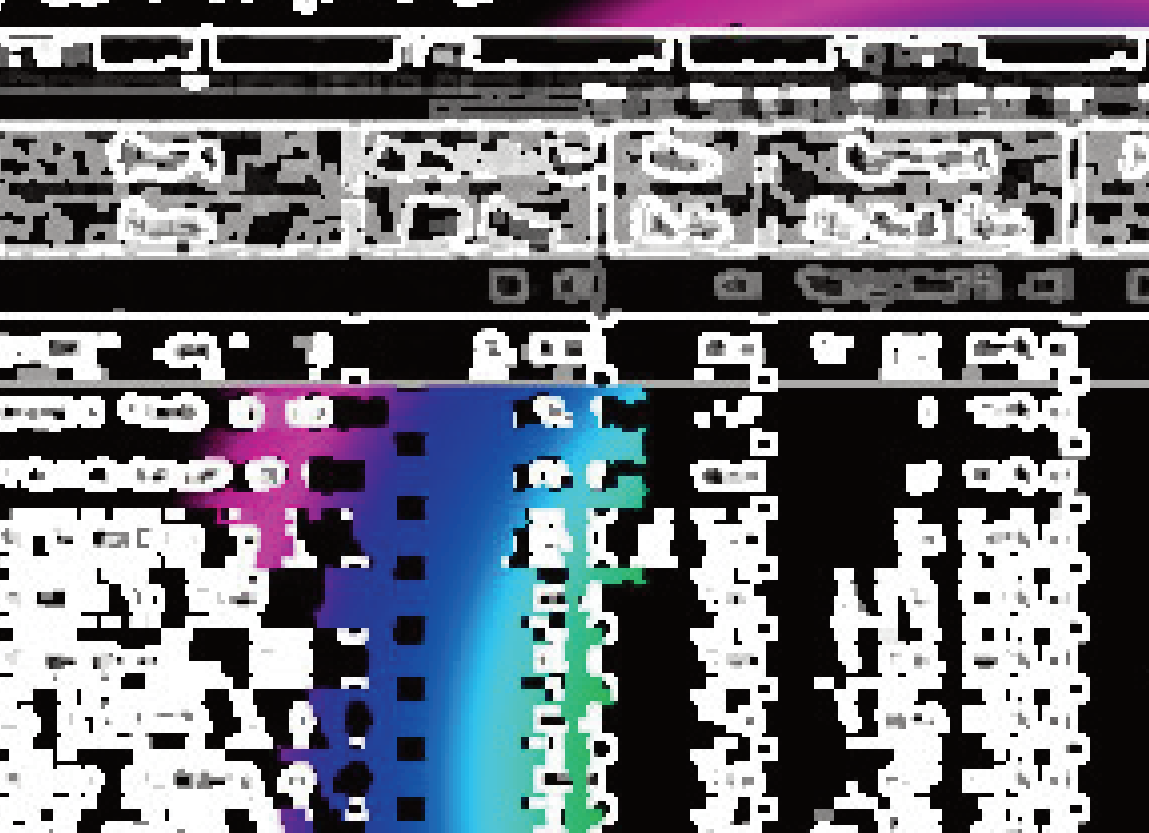
Os territórios offshore, frequentemente conhecidos por paraísos fiscais, locais de bastante anonimato das operações financeiras, territórios situados nos «grandes países bem comportados», são estruturas particularmente apropriadas para todos estes processos de utilização dos recursos da economia subterrânea nos mercados financeiros, e reciprocamente. **A existência e reforço da economia subterrânea são peças fundamentais na existência e reprodução da globalização.**

8. Os vencedores e controladores da globalização – das grandes empresas, com pagamentos de salários muito superiores ao rendimento nacional de grandes países, às bolsas de valores e de futuros; dos políticos que promovem o suicídio do Estado enquanto instituição estruturadora dos interesses colectivos, às instituições de *Bretton*

Woods e à Organização Mundial do Comércio; dos ideólogos do neo-liberalismo aos colégios invisíveis de narcotização científica, entre outros – têm grande capacidade de manobra sobre o funcionamento da economia. O seu poder económico e a desregulação; a facilidade de criação de pseudo-valores e a relevância atribuída aos intangíveis e às expectativas; a concentração da riqueza e as fortíssimas desigualdades sociais; a «inteligência» empregue na «reengenharia financeira e na economia criativa» e a degenerescência das relações sociais e éticas; o avassalador domínio dos aparelhos políticos pelos «politburos» da economia; a transição de grandes espaços económicos e sociais para o capitalismo imperialista e a mundialização da informática e das comunicações são alguns aspectos que ampliam a **componente subjectiva** do funcionamento das relações de produção, troca e redistribuição, que alargam o domínio dos «indivíduos» (obviamente alguns!) sobre o futuro.

Alguma da reacção (mesmo quando assente em alguns aspectos válidos) a esta pauperização das maiorias e a este desprezo pela vida e dignidade humana, acaba por alimentar o discurso dominante. É o caso, por exemplo, das «teorias da conspiração» ou de «discursos ecológicos» que encobrem aspectos vitais da globalização.

Apesar deste peso esmagador da capacidade de manobra do grande capital, **continuam a existir leis objectivas de funcionamento da economia**, procedimentos e relações económicas que estão para além da vontade dos indivíduos, que se impõem rigidamente à sociedade e às relações sociais que constituem o económico. Duas delas são muito simples: para vender é preciso haver quem compre; as dívidas têm de ser pagas. A conjugação destas duas exigências sobrepõe-se à vontade humana quando não é mais viável gerar crédito para «pagar» o crédito, quando o vendedor dificilmente cria um comprador ao seu



serviço. **As crises** – sobretudo as crises de sobreprodução, as que revelam «a miséria na opulência» – **são, em grande medida, o espectáculo da objectividade de funcionamento da economia.**

É a isso que temos assistido, um pouco, nos últimos tempos.

9. O período que actualmente vivemos é profundamente contraditório, mas parece apontar para a continuação, com inevitáveis adaptações, das características da globalização, que referimos anteriormente.

A crise despoletada nos EUA – do crédito de alto risco num país com um elevado e crescente endividamento externo – espalhou-se e revelou similares situações existentes um pouco por todo o mundo desenvolvido. Sucodem-se as falências, abrangendo grandes bancos. Surgem diariamente fraudes económicas, por vezes com diversos anos de existência, tais como a da Société Generale, em França, e a do BCP, em

Portugal. Reforça-se a fraude fiscal, sendo paradigmática a realizada via Liechtenstein. Evidencia-se a ligação dos offshore a muitas operações ilegais, nomeadamente de branqueamento de capitais. Em muitas bolsas de valores as cotações descem. As dívidas não são pagas. As dificuldades económicas de muitas empresas surgem ou agravam-se em consequência das «ondas de propagação». O desemprego aumenta. As desigualdades económicas e sociais agravam-se. Degradam-se as condições de vida de milhões de cidadãos, descendo abaixo da linha de sobrevivência. É a destruição de uma parte do capital fictício.

Simultaneamente, revela-se que os Estados também têm capitais em mercados financeiros, aplicam recursos nos offshore. As «portas giratórias» que ligam os governos aos conselhos de administração das empresas também podem ligar recursos públicos e propriedade privada. A ligação do Estado ao capital evidencia-se igualmente nas «nacionalizações», para resolver com o erário público a «má» administração de algumas empresas falidas, e na brandura com que se encara as grandes fraudes. Muitos dos impolutos deputados do Parlamento Europeus estão envolvidos em fraudes, palavra suave para designar furtos. É a demonstração que a ideologia neoliberal integra a acção dos Estados e que estes estão escandalosamente ao serviço do grande capital. A verdade revela-se, mas em vez de luta política temos propagação do desalento e da desconfiança em relação à política.

Se as crises são períodos típicos de opção por bens que possam funcionar como reservas de valor, o sistemático aumento do preço do petróleo e os aumentos de alguns outros bens minerais e agrícolas,

revelam uma situação nova. Os preços no consumidor final não são o resultado dos custos de produção e da oferta e da procura, mas da **especulação**:

«O movimento ascendente mais recente ocorreu em paralelo com uma queda pronunciada do valor do dólar americano e, conseqüentemente, com uma deslocação de muitos investidores para futuros contratos de crude. Trata-se de uma substituição básica dos activos em alta pelos que se encontram em declínio. Esta dinâmica influenciou significativamente o preço do petróleo no curto prazo e fez também aumentar os preços de outras mercadorias.

A OPEC aprecia a forma como os mercados financeiros funcionam, mas é importante ter atenção aos impactos sobre o mercado do petróleo deste género de especulação, na medida em que pode criar um clima de nervosismo e incerteza.»⁴

O capital fictício continua a promover formas de auto-sustentação. Consegue transferir os impactos da especulação para o preço dos bens de consumos, canalizando rendimentos dos consumidores para os lucros de empresas e especuladores.

Enfim, os conselhos de administração fraudulentos são tratados com todas as honras e com grande benevolência, retiram para si escandalosas reformas e chegam a ser elogiados e promovidos por políticos com elevadas responsabilidades no Estado. «A alta finança suscita uma profunda desconfiança, e o “capitalismo internacional” uma viva oposição»⁵, mas a generalidade dos cidadãos não se sente vítima daqueles crimes, desculpabiliza-os. Em alguns casos, os seus presumidos autores são vistos como «Robin dos Bosques dos tempos modernos». Todas estas situações não têm servido significativamente para reforçar

o combate e a prevenção da fraude e para orientar o Estado e a «sociedade civil» para a defesa do interesse público. Não têm servido para reforçar as relações morais entre cidadãos e instituições.

A luta política e ética contra estas graves manifestações da globalização tem estado muito aquém do que seria necessário. Falta-lhe um referencial aglutinador e orientador.

Notas:

¹ PIMENTA, Carlos, *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Campo da Comunicação, col. *Ideias – Economia*, Lisboa, 2004.

² PIMENTA, Carlos, «Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem?» *Working Papers / CEAUP* (1):41, 2007, <http://www.africanos.eu>.

³ STIGLITZ, Joseph E., *Globalização, A Grande Desilusão*, tradução de M. F. DUARTE, 3.^a Revista ed. 1 vols., Terramar, Lisboa, 2007, p. 263.

⁴ «The most recent upward movement has occurred in parallel with a sharp slide in the value of the US dollar and, in turn, a move by many investors into crude futures contracts. It is a basic substitution of rising assets for those in decline. This has significantly influenced the short-term oil price, and this dynamic has also lifted the prices of other commodities.

OPEC appreciates how financial markets work, but it is important to keep an eye on the

impacts to the oil market of this type of speculation as it can create a climate of nervousness and uncertainty.» OPEC, «STABILITY and volatility?», *OPEC Bulletin* 3-4/08.

⁵ BURKE, Jason & SMITH, Alex Duval, «Société Générale. Jérôme Kerviel, ce héros», *Courrier International* n.º 900 (edição francesa), 2008.

* Economista. Professor catedrático da Faculdade de Economia e dirigente e investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. «Globalização», «Desenvolvimento» e «Economia Subterrânea» são três áreas maiores de investigação actual. É autor de diversos artigos e livros, incluindo *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Campo da Comunicação, Lisboa, 2004. Coordenador da Pós-Graduação Gestão de Fraude. Foi dirigente associativo estudantil durante a crise académica de 1968/70.